

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar

Serviços de Assistência a Saúde - Catanduva/SP

CNPJ nº 24.232.886/0097-09

Demonstrações Contábeis do Exercício - Em R\$

Ativo	Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em R\$		
	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	835	409.481
Contas a receber	5	5.214.107	2.238.747
Adiantamentos a funcionários		33.496	38.435
Adiantamentos a fornecedores		1.947	3.550
Outros ativos circulante		490	11.593
		5.250.875	2.701.806
Não Circulante			
Realizável em longo prazo		434.028	61.948
Depósitos judiciais		9.228	7.761
Imobilizado	11	443.256	69.709
		886.512	139.418
Total do Ativo		6.694.131	2.771.615
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo		Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais
		Patrimônio Superávit do	Patrimônio Superávit do
		sócio	sócio
		exercício	Total
Em 1º de Janeiro de 2.015	(3.270.134)	203.410	(3.066.724)
Transferência		203.410	203.410
Transf. para Sede Administrativa relativa		(773)	(773)
ao custo corporativo compartilhado		(773)	(773)
Supervít do exercício		450.274	450.274
Em 31 de Dezembro de 2.015	(3.067.497)	450.274	(2.617.223)
Transferência		450.274	450.274
Transf. para Sede Administrativa relativa		(450.274)	(450.274)
ao custo corporativo compartilhado		111	111
Supervít do exercício		2.419.445	2.419.445
Em 31 de Dezembro de 2.016	(2.617.112)	2.419.445	(197.667)
		1.534.978	(682.689)
		2.617.112	2.771.615
Notas explicativas da administração das demonstrações financeiras			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2.015			
<i>Cifras apresentadas em reais.</i>			
1. Contexto Operacional: a) Ojetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada a Entidade, é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opção política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial; II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se reabilitar; III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades de saúde; IV - Levant a efetivações de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolveu as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo; II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico ou a administração prioritariamente dita, a Entidades congêneres ou não e também estabelecer centros próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades enumeradas deveser obrigatoriamente aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde presta assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Projeto Catanduva/SP: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 24 de novembro de 2.010, celebrou com a Prefeitura Municipal de Catanduva, contrato de gestão para a concessão de serviços de assistência à saúde e prestação de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia (SADT) no âmbito do Município de Catanduva/SP. A Comissão de Avaliação nomeada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduva procedeu a verificação quadriestrememente das atividades desenvolvidas, através de relatórios mensais apresentados pela Pró-Saúde. c) Plano de ação - Equilíbrio receitas e despesas: Em exercícios anteriores a unidade apurou déficits operacionais recorrentes, que levou a Entidade a apurar capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Nos últimos exercícios, a unidade apurou superávits, entretanto, ainda insuficiente para compensar os déficits acumulados desde o início do contrato de gestão. A Administração da Entidade continuará a implementar esforços para manter o equilíbrio entre as receitas e custos operacionais, e assim reverter a posição do patrimônio líquido negativo. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 24 de fevereiro de 2.017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e permissões inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para descontinuidade e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprevisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a Receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e economias estimadas dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o artigo 44, e seguintes do Código Civil. f) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência do exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Reservas de Subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente			



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 31/03/2017 10:27:07.
 Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
 Ticket: 255893558 | www.imprensaoficial.com.br

continua

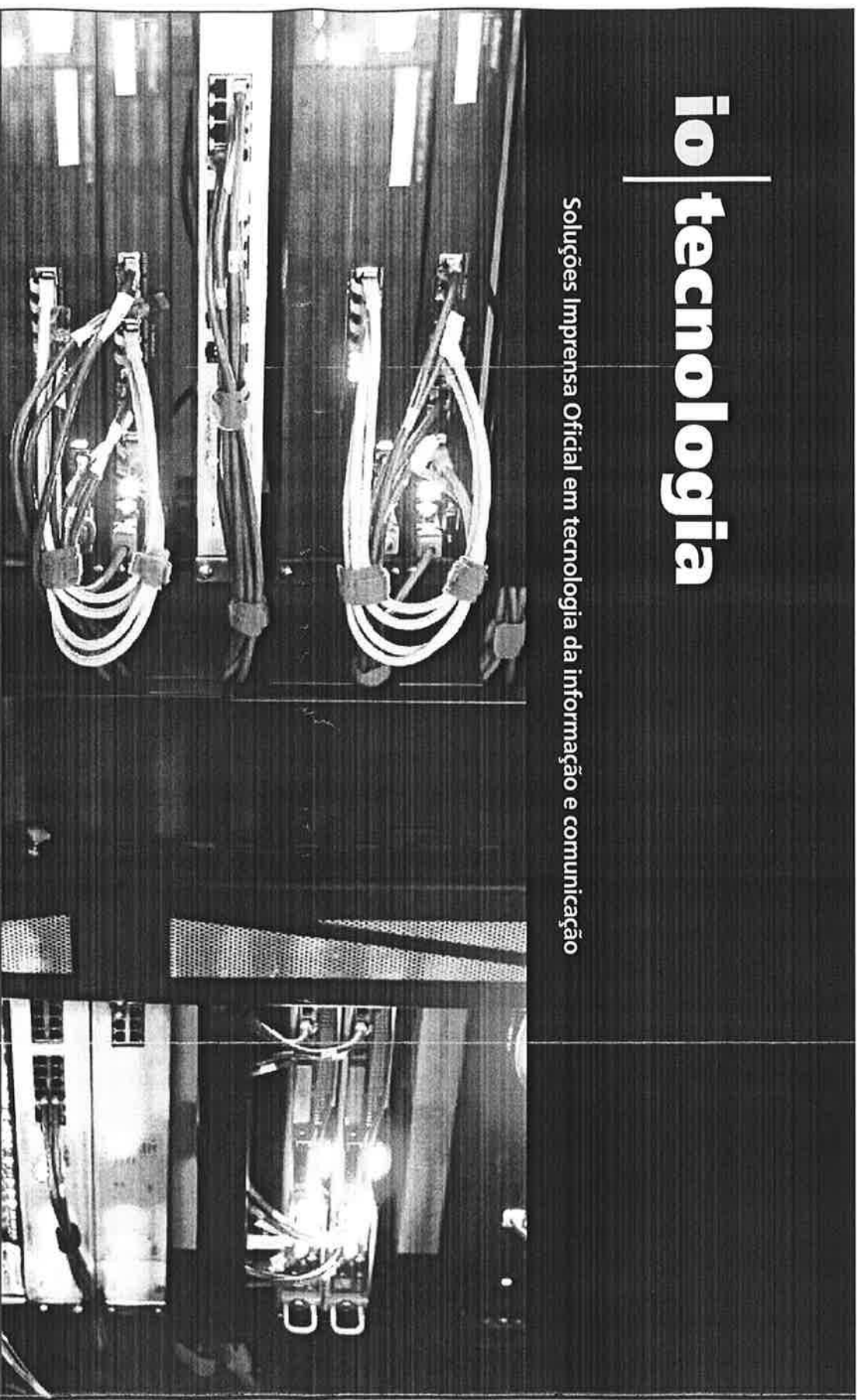
continuação

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pro-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Serviços de Associação Saúde - Catanduva/SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pro-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Serviços de Assistência a Saúde - Catanduva/SP (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A unidade, nos exercícios anteriores, apurou prejuízos operacionais recorrentes, fato que tornou o patrimônio líquido negativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2.016, foi apurado superávit, entretanto, ainda insuficiente para cobrir as perdas de exercícios anteriores. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração continuará implementando esforços para manter o equilíbrio entre as receitas e

custos operacionais, e assim reverter a posição do patrimônio líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou







erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar fiscalização, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Catanduva, 24 de Fevereiro de 2.017. **Robson Pinha de Oliveira** CRC SP 255.102/O-4



io | tecnologia

Soluções Imprensa Oficial em tecnologia da informação e comunicação

Aliamos nossa experiência desde 1891 na publicação da informação às mais modernas tecnologias, oferecendo serviços inteligentes para o setor público com a excelência e inovação de sempre.

-  Certificação Digital - Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo
-  Soluções em Documento Digital: GED (Gestão Eletrônica de Documentos), ECM (Enterprise Content Management) e BPM (Business Process Management)
-  Desenvolvimento de portais
-  Consulta gratuita ao Diário Oficial
-  e-negócios públicos
-  e-juntacomercial

www.imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELLO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 31/03/2017 10:27:31.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67963761A6B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 25589363] - www.imprensaoficial.com.br